

Conflitos sociais no Gharb al-Andalus nos séculos VIII e IX

Ana Luísa Sérvulo Miranda
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Resumo

O estabelecimento do domínio islâmico na Península Ibérica, no século VIII, implicou atritos com a população autóctone, bem como entre os próprios muçulmanos. A implementação do emirado independente agudizou uma situação já instável, com a rebelião de grupos que rejeitam as premissas do novo poder político.

Este artigo irá incidir sobre os conflitos sociais nos séculos VIII e IX, no Gharb al-Andalus, que envolveram muçulmanos – árabes, berberes e muladis – e os cristãos, procurando averiguar quais os motivos subjacentes à instabilidade social acima referida. Analisamos, também, o grau de envolvimento da população autóctone, convertida ou não convertida, nestes conflitos, encabeçados pelos estratos sociais mais elevados. Este texto insere-se num estudo mais amplo que deu lugar à tese de mestrado “O Sudoeste do Gharb al-Andalus nos séculos VIII e IX – relações sociais e território”.

Abstract

In the eight century, the settlement of Islamic rule over the Iberian Peninsula provoked strife with the native population and among the Muslims as well. The establishment of the independent emirate intensified an already instable situation, with the rebellion of social groups that rejected the premises of the new political power.

This paper focuses on the social conflicts of the eight and ninth centuries in Gharb al-Andalus, which involved Muslims (Arabs, Berbers and Muladis) and Christians, and looks for the reasons that triggered social instability. Moreover, it will analyse the level of engagement of the converted and non-converted native population in these conflicts, under the leadership of the highest social strata. This paper is part of the master thesis titled “O Sudoeste do Gharb al-Andalus nos séculos VIII e IX – relações sociais e território”.

1. A SOCIEDADE DO AL-ANDALUS

Apontar dados demográficos para esta época é tarefa ingrata, visto que as fontes não precisam números e limitam-se a sublinhar que em determinado ano houve uma grande mortandade, em virtude de algum desastre natural – seca, fome, epidemia – guerra ou tendência emigratória.

Tendo em conta a origem étnica e geográfica, três grupos principais compõem a sociedade do al-Andalus: os árabes, os berberes e os hispânicos. Calcula-se que cerca de 50.000 a 60.000 árabes e berberes entraram nas primeiras décadas do século VIII. No fim desse século, devia ascender a um valor entre os 150.000 e os 200.000 homens.¹ Segundo Cláudio Sanchez Albornoz, o total dos orientais que entraram na Península Ibérica e se disseminaram entre os milhões de hispânicos que nela habita-

¹ Pedro Chalmeta, “Al-Andalus”, *Historia de España*, dir. Antonio Domínguez Ortiz, tomo III – *Al-Andalus: musulmanes y cristianos (siglos VIII-XIII)*, 100 (Planeta, 1989).

vam limitou-se a 30.000.²

No século VIII, os árabes andaluses dividem-se em dois grandes grupos: os *badíes* ou árabes chegados à Península em 711 e nos anos imediatamente posteriores; e os sírios, que se estabeleceram em 740. Ambos constituíram uma autêntica oligarquia que “ocupou os quadros dirigentes da administração civil, militar e religiosa até à caída do califado no século XI”.³

Estes árabes uniram-se em matrimónio a mulheres hispânicas e apesar de, ao fim de várias gerações, a sua identidade racial se ter diluído, acentuaram sempre a sua origem árabe.⁴ Aliás, verifica-se entre os muçulmanos do al-Andalus “esta preocupação e interesse por fixar a genealogia da personagem biografada e remontá-la, se possível, ao primeiro antepassado que chegou à Península Ibérica e entroncá-la com alguma tribo ou facção de tribo da Arábia”.⁵

No que respeita aos berberes, as fontes evidenciam a sua preponderância quantitativa na invasão da Península Ibérica.⁶ A vinda de árabes foi sempre fomentada pelos governantes, ao passo que a imigração berbere foi incentivada ou restringida, consoante os interesses da governação.

A confissão religiosa implica categorias jurídicas diferenciadas. Segundo a lei islâmica, todos os povos não-muçulmanos são considerados infiéis. Existe, contudo, uma distinção entre os politeístas e os “povos do Livro” (cristãos e judeus). Ao passo que a estes últimos era garantida protecção e permitido o contacto social com a comunidade muçulmana, os primeiros estavam destinados à conversão, morte ou escravidão.⁷ A instituição legal da *dhimma* designa uma forma de contrato, pelo qual a comunidade muçulmana concede protecção aos membros das outras religiões reveladas, mediante o pagamento de impostos especiais.⁸

No al-Andalus, o número dos cristãos foi diminuindo por conversão ao Islão e pela perda dos descendentes de matrimónios mistos.⁹ A conversão gerava uma clientela, de carácter comunitário, dado que o converso se tornava cliente da *umma* e não de um indivíduo.¹⁰ Jessica Coope sublinha, contudo, que a conversão de um não-árabe implicava necessariamente tornar-se *mawla* ou cliente de uma tribo árabe.¹¹ Joaquín Vallvé explica que, etimologicamente, *muslim* significa «aquele que pretende ser muçulmano», ao passo que *muwallad* quer dizer «afilhado», «filho adoptivo»,¹² o que corrobora essa perspectiva, embora não especifique qual a amplitude das obrigações e direitos daí decorrentes. Como a maioria dos autores utiliza o termo *muladi* (proveniente de *muwallad*) para designar o indivíduo convertido, será este que utilizaremos ao longo deste trabalho.

Boisselier assinala uma conversão muito acentuada de moçárabes no século IX,

² Joaquim Chorão Lavajo, “Islão e cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa”, *História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. I – *Formação e Limites da Cristandade*, coord. Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, 93 (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000).

³ Joaquín Vallvé, *El Califato de Córdoba* (Madrid: Editorial MAPFRE, 1992), 56-7.

⁴ Vide nota 3.

⁵ Vide nota 3.

⁶ *Ibid.*, 58.

⁷ Patrick Franke, “Minorities”, *Encyclopedia of Islam and the Muslim World*, ed. Richard C. Martin, 2:451 (New York: Macmillan Reference USA, 2004).

⁸ Eva-Maria von Kemnitz, “A Construção de uma Nova Sociedade: O Caso Específico da Minoria Moura”, *Revista de Guimarães*, nº 106, 1996, 167.

A respeito da *dhimma* vide Félix M. Pareja, *Islamología*, 2: 559 (Madrid: Editorial Razon y Fe S. A., 1952-1954).

E. Levi-Provençal, “La organización política de la España califal”, *História de España*, dir. Ramón Menéndez Pidal, tomo V - España Musulmana. Hasta la Caída del Califato de Córdoba (711-1031 de J.C.). Instituciones y Vida Social y Intelectual, 20 (Madrid: Espasa-Calpe S. A., 1987).

⁹ Chalmeta, *História de España*, 102.

¹⁰ *Ibid.*, 33.

¹¹ Jessica A. Coope, “Religious and Cultural Conversion to Islam in Ninth-Century Cordoba”, *Journal of World History*, 4, nº 1 (Spring 1993): 47-68.

¹² Vallvé, *El Califato de Córdoba*, 60.

por medo da pressão contra os seus correligionários que então se revoltaram. Por outro lado, a entrada em cena dos chefes muladis nas lutas políticas do Gharb a partir de 868, faz supor que se apoiam em membros da mesma confissão.¹³

2. AS RELAÇÕES SOCIAIS

A) ENTRE ÁRABES

O saque obtido por Musa e a sua repartição fora, desde o início, alvo de polémica, por suspeita de apropriação do quinto destinado ao califa.¹⁴ A Crónica Moçárabe refere a sua chamada a Oriente a fim de prestar esclarecimentos ao Emir dos Crentes a esse respeito.¹⁵ A distribuição de terras pelo exército por Musa b. Nusayr visaria recompensar as tropas e assegurar a conservação do território conquistado.

Os problemas agudizam-se quando novos contingentes, atraídos por Abd al-Aziz b. Musa, os companheiros de al-Hurr ou de al-Samh e, sobretudo, os sírios de Balj – que chegam em 741 a fim de combater a revolta berbere – reclamam também terras.¹⁶ Os sírios dos *junds* expulsaram a maioria dos árabes e berberes dos territórios conquistados décadas antes, desencadeando, assim, uma guerra civil contra uma força conjunta de baladies e berberes.

O comportamento do sucessor de Balj, Talaba b. Salama al-Amili face aos seus oponentes será um rastilho para sublevações futuras, pois derrotou-os “com grande matança e reduziu ao cativo suas mulheres e filhos, coisa que nem mesmo Balj se tinha atrevido a fazer”,¹⁷ situação que só acalmará com a chegada de Abu al-Jattar. Tratava-se de “um nobre sírio, natural de Damasco e todos lhe atenderam e prestaram obediência, sírios e baladies”. Libertou os prisioneiros e “acomodando os sírios nas diferentes comarcas, tranquilizou-se o estado do al-Andalus”.¹⁸

Nas *kuwar* de Ossónoba e Beja, al-Jattar instalou o *jund* do Egipto com os primeiros baladies e o restante na *kura* de Tudmir; nas duas *kuwar* de Rayya instalou o *jund* da Jordânia; na de Elvira, o de Damasco; e a na de Jáen, o de Qinnasrin.¹⁹ Apesar de cada *jund* integrar elementos de diferentes tribos, existe uma tendência para a preponderância de uma ou outra confederação.²⁰ É o caso do *jund* do Egipto, na qual os iemenitas estão em maioria, destacando-se, no seio destes, os Yahsubis.

Esta decisão de afastar os *junds* de Córdoba constitui, segundo Manzano Moreno, a prova mais clara de que encarregou os sírios da recolha do tributo nas zonas que lhes tinham sido destinadas.²¹ Para sua subsistência, concedeu-lhes o terço do que produziam as terras dos cristãos em Elvira, Rayya, Sidónia, Sevilha, Jaén, Tudmir e Beja ou, como indica a Fath al-Andalus, “a terça parte do que pagavam os estrangeiros protegidos”.²²

Porém, nem o próprio emir era imune às disputas que lhe cabia solucionar:

¹³ Stéphane Boisselier, *Naissance d'une Identité Portugaise. La Vie Rurale Entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (Xe-XIVe siècles)* (Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999), 187.

¹⁴ A respeito do estatuto da propriedade conquistada vide Alejandro García Sanjuán “Formas de Sumisión del Territorio y Tratamiento de los Vencidos en el Derecho Islámico Clásico”, *El Cuerpo Derrotado: Como Trataban Musulmanes y Cristianos a los Enemigos Vencidos (Península Ibérica, ss. VIII-XIII)*, ed. Mariabel Fierro e Francisco García Fitz, 61-111 (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 2008).

¹⁵ Crónica Mozárabe de 754, 74-75, in Sebastián Gaspariño García, *Historia de al-Andalus Según las Crónicas Medievales*, volume III – 710-718. La Conquista de al-Andalus (Fajardel Bravo, 2007), 147-8.

¹⁶ Chalmeta, *Historia de España*, 48.

¹⁷ Don Emilio Lafuente y Alcántara trad., *Ajbar Machmua (Colección de Tradiciones). Crónica Anónima del Siglo XI* (Madrid: Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, 1867), 53-54.

¹⁸ Vide nota 17.

¹⁹ Mayte Penelas (trad.), *La Conquista de Al-Andalus* (Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2002), 50.

²⁰ A respeito das confederações tribais vide: Roberto Marín-Gúzman, “Arab Tribes, the Umayyad Dynasty, and the Abassid Revolution”, *The American Journal of Islamic Social Sciences*, 21:4, 57-96.

²¹ Eduardo Manzano Moreno, “El Asentamiento y la Organización de los Yund-Sirios en Al-Andalus”, *Al-Qantara: Revista de Estudios Árabes*, vol. XIV, fasc. 2 (1993): 332.

²² Chalmeta, *Historia de España*, 44.

“Abu al-Jattar não tardou a mostrar o seu partidarismo e preferência pelos iemenitas face aos mudaritas, até extremos que acabaram provocando a sua destituição”.²³ Um incidente com al-Sumayl esteve na origem de um levantamento Qaysita, desta feita com a colaboração de tribos do Sul: “formaremos aliança com as tribos de Lajm e de Judam e nomearemos um deles para que tenha o comando em aparência, enquanto nós o temos de facto”,²⁴ tendo a chefia recaído sobre Tawaba b. Salama da tribo de Judam e oriundo da Palestina,²⁵ que “fez acudir os membros da sua tribo desde Sidónia, Sevilha, Niebla, Beja e Ossónoba, enquanto os mudaritas se congregavam com Abu al-Ata e al-Sumayl, com o que a sua força se viu redobrada”.²⁶ As tradicionais cisões não constituem, portanto, obstáculo ao estabelecimento de alianças, como esta que une tribos do norte e iemenitas (Lajm e Judam), com o intuito de reforçar as suas fileiras.

É assim que Abu al-Jattar se recolhe à zona de Mérida e Beja a fim de formar um exército com os iemenitas da região, com o qual avança até acampar perto de Córdoba. Porém, na iminência da batalha, recua, em virtude de o novo emir ser igualmente iemenita, ao que se segue nova fuga de Abu al-Jattar para Beja.²⁷

Em Janeiro de 747, al-Sumayl apresenta um candidato externo, Yusuf n. Abd al-Rahman al-Fihri, pertencente à família dos Fihri, um ramo dos Quraysh que começa por excluir os iemenitas dos benefícios do poder e afasta al-Sumayl para Saragoça,²⁸ destitui Ibn Hurayt do comando da *kura* de Rayyo (seu anterior apoiante) que acorre a Abu al-Jattar.²⁹ Gera-se um conflito onde, como descrevem os *Ajbar Machmua*, “de cada divisão se separaram tanto baladies como sírios, vindo os nobres do Iémen com Ibn Hurayt e os de Mudar com Yusuf e al-Sumayl. Cada qual separava-se do seu vizinho para ir em busca da sua tribo”.³⁰

Debilitado, Yusuf foge para Mérida, onde conta com o suporte familiar e empreende uma “marcha contra Sevilha, da qual era governador naquela época Abd al-Malik ben Umar al-Marwani, a quem se uniram os soldados da divisão de Émeso e alguns outros, enquanto todos os baladies, à excepção de uns poucos, se agregaram a Yusuf”.³¹ Em 759, é morto por um dos seus companheiros³², mas alguns seus familiares, como Hisham b. Urwa al-Fihri, irão futuramente insurgir-se contra Abd al-Rahman b. Muawiya, O Omíada.³³

O califa Hisham b. Abd al-Malik destinara todas as possessões obtidas do quinto legal do al-Andalus ao seu neto Abd al-Rahman.³⁴ O prestígio da família omíada fez com que numerosos iemenitas de Elvira, Rayyo, Sidónia e Sevilha ficassem do seu lado. Também se lhe uniram clientes Qaysitas e bastantes berberes.³⁵

A lealdade de grande parte destas tropas era, contudo, questionável. O apoio prestado a Abd al-Rahman visara, maioritariamente, suplantarem os Mudaritas.³⁶ As fontes revelam que Abu Sabbah, chefe iemenita e governador de Sevilha, logo após o triunfo do omíada, já debatia o seu potencial assassinio: “Matemos este ousado jovem Ibn Muwaiya; assim, o poder cairá nas nossas mãos e o al-Andalus será qahtanida até ao fim dos tempos”.³⁷

O período que decorre entre as medidas tomadas pelo governador Abu al-Jattar

²³ Penelas, *La conquista de Al-Andalus*, 51.

²⁴ Lafuente y Alcántara, *Ajbar Machmua*, 63.

²⁵ *Ibid.*, 63.

²⁶ Penelas, *La conquista de Al-Andalus*, 52.

²⁷ *Ibid.*, 53.

²⁸ Hugh Kennedy, *Os Muçulmanos na Península Ibérica* (Lisboa: Europa-América, 2005), 47.

²⁹ Lafuente y Alcántara, *Ajbar Machmua*, 64.

³⁰ *Vide* nota 29.

³¹ *Ibid.*, 91-2.

³² Penelas, *La conquista de Al-Andalus*, 82.

³³ *Ibid.*, 83.

³⁴ *Ibid.*, 24.

³⁵ Chalmeta, *Historia de España*, 52.

³⁶ *Vide* nota 35.

³⁷ Penelas, *La Conquista de Al-Andalus*, 77.

e a chegada de Abd al-Rahman I coincide com uma profunda crise da administração omíada que se acentua após a morte do califa al-Walid II (744). Esta crise dificultou o fortalecimento da autoridade central numa região tão periférica como o al-Andalus.³⁸ Antes de Abd al-Rahman, o poder tinha recaído sobre a elite árabe, sob a teórica direcção de um governador aristocrata.³⁹ O seu empossamento como emir, seguido de uma política de concessão de privilégios aos Qaysitas levam ao descontentamento dos antigos aliados, nomeadamente dos Yahsubis.⁴⁰

Em 763, a cidade de Beja foi ponto de partida para uma insurreição das tribos iemenitas do Gharb contra Abd al-Rahman I, liderada por al-Ala ibn Mugit, da tribo dos Yahsubis, apoiante da dinastia abássida. Algumas tradições afirmam ter vindo do norte de África, ao passo que outras defendem que se tratava do chefe do *jund* egípcio estabelecido em Beja.⁴¹ Acolheu partidários entre os árabes andaluses, “sempre desejosos de oportunidades de enriquecimento, de pilhagem e de saciar velhos ódios”.⁴² A rebelião estender-se-ia a partir de Beja a todo o Gharb.⁴³

É possível que esta sublevação contasse com apoios na zona de Sevilha: o seu desenlace final teve lugar em Carmona, onde o *jund* de Hims tinha elementos Yahsubis. Contou também com o apoio de Giyat b. Alqama al-Lajmi, da Palestina e oriundo de Sidónia.⁴⁴ Três anos depois, nova revolta tem origem na mesma tribo, desta feita com origem em Niebla, no *jund* de Hims, encabeçada por Said al-Matari, que conta com a participação da maior parte dos iemenitas do Oeste.⁴⁵ Assiste-se depois à rebelião do governador de Sevilha, Abu al-Sabbah, em resposta à sua destituição pelo emir⁴⁶ que terá como consequência a sua morte.

O seu assassinato fez aumentar o descontentamento no seio dos *junds* de Hims e Egipto. Abu al-Sabbah era bem relacionado: em Niebla (*jund* de Hims) tinha a liderança um primo seu – Abd al-Gaffar – ao passo que em Beja (*jund* do Egipto) contava com outros familiares, nomeadamente Amr b. Talut e Kultum b. Yahsubi. Dá-se, pois, uma nova revolta, protagonizada pelos seus sequazes, cerca de 771/773.⁴⁷ Em Sevilha, será Hayat ben Mulamis e Abd al-Gaffar al-Yahsubi a clamar por vingança, no que são apoiados inicialmente pelos berberes do Algarve. No entanto, tendo o emir convencido os chefes berberes a desertar em troca do perdão, estes “cumpriram com o prometido e arrastaram os demais na fuga; mas não se perdoou a berbere nem a árabe, tendo sido todos passados a fio de navalha”.⁴⁸

Verifica-se que foram os distritos militares do Egipto (Beja), Hims (Sevilha) e Palestina (Sidónia/Algeciras) os que mais resistiram à autoridade omíada.⁴⁹ Tradicionalmente, estas revoltas são interpretadas à luz dos enfrentamentos entre tribos árabes do Norte e do Sul. Porém, as fontes só nos oferecem causas convincentes das rebeliões em apenas dois casos: a de carácter pró-abássida protagonizada por al-Alá b. Mugit al-Yahsubi e a de Abu al-Sabbah b. Yahya al-Yahsubi.⁵⁰

³⁸ Manzano Moreno, *Al-Qantara*, 335-6.

³⁹ Chalmeta, *Historia de España*, 52.

⁴⁰ José D. Garcia Domingues, “A batalha do Alentejo”, Lisboa, separata do nº 19 da revista «Independência» da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1958, *O Alentejo Árabe e a sua Integração no Reino de Portugal. Conferência Pronunciada na Sociedade Histórica da Independência de Portugal em 26 de Novembro de 1958*, 10.

⁴¹ Pierre Guichard, *Structures Sociales «Orientales» et «Occidentales» dans l’Espagne Musulmane* (Paris: Mouton, 1977), 235.

⁴² E. Levi-Provençal, “La Conquista y la Islamización de España”, *Historia de España*, dir. Ramón Menéndez Pidal, tomo IV - *España Musulmana. Hasta la Caída del Califato de Córdoba (711-1031 de J.C.)*, 72 (Madrid: Espasa-Calpe S. A., 1987).

⁴³ Lafuente y Alcántara, *Ajbar Machmua*, 95.

⁴⁴ Manzano Moreno, *Al-Qantara*, 339-40.

⁴⁵ Lafuente y Alcántara, *Ajbar Machmua*, 236.

⁴⁶ *Ibid.*, 98.

⁴⁷ Manzano Moreno, *Al-Qantara*, 341.

⁴⁸ Lafuente y Alcántara, *Ajbar Machmua*, 99-100.

⁴⁹ Manzano Moreno, *Al-Qantara*, 343.

⁵⁰ *Ibid.*, 345.

Será interessante constatar que o fluxo das revoltas no Sudoeste do Gharb segue o caminho das vias de comunicação existentes desde a Antiguidade, pelo que se adivinha uma identidade regional, decorrente de contínuos contactos prévios à conquista muçulmana. A disposição das elites árabes na zona, nomeadamente, da tribo Yahsubi equivale a um estrato mais visível e recente (à data dos acontecimentos) de uma área geográfica com contornos socio-económico-políticos já anteriormente definidos.

As insurreições prosseguem até 773 lideradas, sobretudo, pelos chefes Yahsubis numa tentativa de manter os seus privilégios.⁵¹ São, porém, consecutivamente derrotados pelo emir, no que resulta a queda do seu prestígio a Ocidente e consequente afastamento de cargos administrativos e militares⁵² em favor de elementos berberes.

B) ENTRE ÁRABES E BERBERES

Na Península Ibérica, a maioria berbere encontra-se à mercê dos árabes. Desde o início que se verificam fricções entre Musa e Tariq a respeito da repartição do saque e ressentimento daquele face ao sucesso alcançado pelo subordinado.

No Magrebe, a situação agrava-se na década de 730.⁵³ O governador e administrador financeiro do Egipto, Ubayd Allah n. Al-Habhab, tenta impor o *kharaj* aos berberes, a fim de aumentar as receitas, tão necessárias para pagar ao exército sírio.⁵⁴ Quando o subgovernador de Tânger começa, em 739, a dificultar a saída dos berberes para o al-Andalus, é assassinado e estala uma rebelião, sob a égide do kharijismo.⁵⁵

Os berberes da Península Ibérica “ao saber do triunfo que os de África tinham alcançado contra os árabes e demais súbditos do califa, sublevaram-se nas comarcas do al-Andalus e mataram ou afugentaram os árabes da Yilliqiyya, Astorga e demais cidades situadas mais além das gargantas da serra de Guadarrama”.⁵⁶ Com um exército numeroso passaram o rio Tejo em busca de Abd al-Malik b. Qatan, o qual mandou contra eles os seus dois filhos Qatan e Ummayya, com os sírios de Balj e os baladies⁵⁷ que sairão vencedores do conflito.

As rebeliões berberes de relevo voltarão a suceder no reinado de Abd al-Rahman b. Muwaiya. No Gharb, o foco mais activo de rebeliões lideradas ou com participação berbere foi Mérida. Asbag b. Wansus, membro reputado de um distinto clã emeritense, frequentava esta cidade onde tinha muitas alcarias e bens, era “obedecido nela por todos os árabes, berberes e seus clientes e consultado por todo o governador que a detinha, fazendo-lhe a sua vontade, até que em começos do ano 190, [812] sucedeu-lhe com um governador do emir um assunto que lhe desagradou e humilhou (...). E tendo convidado a gente de Mérida a sublevar-se com ele, como acederam, expulsou o governador de Mérida e apoderou-se dela, durando a sua insubmissão ali, em desobediência ao califa, sete anos”.⁵⁸ Vemos que esta perturbação tem uma origem localizada, não se tratando de uma desobediência concertada à entidade governativa de Córdoba.

Os ataques do emir al-Hakam contra Mérida repetiram-se durante anos, até que esta foi tomada pacificamente, mediante uma capitulação outorgada a Asbag b. Abd Allah b. Wansus que passaria a integrar os círculos próximos do emir, apesar de, posteriormente, ter sido autorizado a frequentar as alcarias de que dispunha na região.⁵⁹

⁵¹ Christophe Picard, *Le Portugal Musulman (VIIIe – XIIIe siècle). L'Occident d'al-Andalus sous Domination Islamique* (Paris: Maisonneuve & Larose, 2000), 33.

⁵² José D. Garcia Domingues, *O Alentejo Árabe*, 10.

⁵³ A este respeito vide Ibn Khaldoun, *Histoire des Dynasties Musulmanes de l'Afrique Septentrionale*, traduite de l'arabe par M. Le Baron de Slane, (Alger: Imprimerie du Gouvernement, 1852), 1: 316-317.

⁵⁴ Kennedy, *Os Muçulmanos na Península Ibérica*, 42.

⁵⁵ Chalmeta, *Historia de España*, 43.

⁵⁶ Lafuente y Alcántara, *Ajbar Machmua*, 48.

⁵⁷ *Ibid.*, 50.

⁵⁸ Ibn Hayyan, *Crónica de los Emires Alhakam I y Abdarahman II entre los años 796 y 847 [Almuqtabis II-1]*, trad. Mahmud Ali Makki y Frederico Corriente (Zaragoza: Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo), 46.

⁵⁹ Vide nota 58.

Mahmud b. Abd al-Gabbar b. Zaqilah, também berbere de Mérida, proclamou a sua rebeldia e expulsou o governador. Ao revoltoso parece ter faltado o apoio popular de que Ibn Wansus usufruía, como se depreende do seguinte: “Mas os seus vizinhos berberes que não tinham entrado nesse jogo e manifestavam a sua firme submissão começaram a atacar entretanto estes rebeldes e a causar-lhes prejuízos”,⁶⁰ pelo que opta por fugir para Badajoz.⁶¹

Em 840, advertido de que Abd al-Rahman o persegue, alia-se a Sulayman b. Martin (que a julgar pelo nome, se trata de um muladi), do qual se separará pouco tempo depois. Muhagir, filho de Suleyman, e o resto dos companheiros dissidentes reúnem-se a Mahmud que “saiu com todos até à vizinha *kura* de Ossónoba por causa da sua fertilidade, inacessibilidade das suas montanhas e distância face aos seus inimigos”.⁶²

Dois anos depois, o emir Abd al-Rahman conduz pessoalmente uma larga campanha que percorreu todas as *kuwar* do Ocidente, que “pisou uma por uma, procurando os dissidentes e tratando de conseguir a sua obediência, até chegar à de Ossónoba em busca deste rebelde, Mahmud b. Abd al-Gabbar, que lhe resistiu por causa da inexpugnabilidade das suas altas montanhas”.⁶³

C) ENTRE ÁRABES E AUTÓCTONES

Os cronistas do século VIII caracterizaram a paz instaurada pelos muçulmanos na Península Ibérica como uma paz fraudulenta (*pax fraudifica*). Detrás da aparente serenidade com que acatavam a exploração tributária e a marginalização de que eram alvo, os naturais da Península Ibérica levantavam-se em armas de cada vez que as conjunturas políticas o permitiam.⁶⁴

A zona ocidental da Península terá sido conquistada por Abd al-Aziz, filho de Musa, entre os anos 714 e 716. A fácil incorporação destes territórios nas regiões islamiizadas decorreu de um processo de negociação que permitiu às populações indígenas, em particular as dos territórios de Santarém e de Coimbra, usufruir de um estatuto de grande autonomia. Santiago Macias chama a atenção para “o peso da aristocracia visigoda que se manteve na posse dos seus bens e continuou a influenciar os destinos das regiões ocidentais”.⁶⁵

Com a implantação do emirado independente, a manutenção de um exército permanente e a política de atracção de omíadas pressupõem gastos consideráveis, o que implica um aumento da pressão fiscal e a apropriação de novas terras.⁶⁶ As primeiras vítimas foram os cristãos. Segundo Chalmeta, é neste contexto que temos de situar a perseguição aos cristãos de Sevilha e da Lusitânia ou a expropriação dos descendentes de Vitiza das possessões que lhes haviam sido reconhecidas por al-Walid.⁶⁷

As sucessivas tentativas de centralização do poder por parte dos emires e califas chocaram, frequentemente, com o desejo autonomista manifestado pelas elites locais. Essas rebeliões de carácter local tenderam, por sua vez, a gerar movimentos unificadores à escala regional⁶⁸ com forte adesão da população autóctone. É neste quadro que se inserem as revoltas que, na segunda metade do século VIII, tiveram a sua origem na tribo dos Yahsubis, já aqui abordada, que contaram com o apoio da população.

A sua causa imediata pode estar ligada ao confisco de terras dos cristãos que,

⁶⁰ Ibid., 299.

⁶¹ Vide nota 60.

⁶² Vide nota 61.

⁶³ Ibid., 303.

⁶⁴ Chorão Lavajo, *História Religiosa de Portugal*, 95-96.

⁶⁵ Santiago Macias, *Mértola. O Último Porto do Mediterrâneo* (Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2005), 1: 33.

⁶⁶ Penelas, *La Conquista de al-Andalus*, 54.

⁶⁷ Ibid., 55.

⁶⁸ Cláudio Torres e Santiago Macias, *O Legado Islâmico em Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1998), 21.

assim, se juntam ao movimento encimado pelos árabes. Tendo em conta que os rendimentos do *jund* dependiam dos impostos pagos pelos camponeses nativos, uma diminuição da propriedade colectável traduzia-se numa redução da receita. O apoio das gentes de Beja a estas insurreições deixa supor a adesão dos clientes dos árabes e, talvez, dos camponeses ao seu serviço.⁶⁹

Nos primórdios da conquista tinham-se já registado actos de inconformismo nesta região perante o avanço muçulmano. Referimo-nos ao papel dos cristãos de Beja no acolhimento concedido aos sevilhanos, após a conquista da cidade e no subsequente apoio ao ataque à guarnição de Sevilha, em 714: “Os cristãos de Sevilha planearam, entretanto, uma conjura contra os muçulmanos que havia na cidade e, tendo ajudado desde a cidade chamada Niebla e a que tem por nome Beja, mataram oitenta homens”.⁷⁰

Também a rebelião de Urwa b. al-Walid al-Dhimmi, na década de 50, teria contado com o apoio dos cristãos. Para Santiago Macias, “não é apenas uma coincidência que as revoltas se tenham desenrolado nos locais onde os árabes foram instalados em *jund*, onde se encontravam ainda os restos de uma aristocracia vinda de Sevilha e onde estava presente o que resistia de uma classe de proprietários [autóctones]”.⁷¹

Os camponeses estavam na dependência de chefes árabes, de aristocratas hispano-romanos ou de comunidades religiosas, o que sugere uma relativa autonomização dos territórios do Gharb em relação à autoridade de Córdoba.⁷² O apoio dos cristãos de Beja às revoltas supracitadas sugere que, sob a aparência de motivações meramente tribais, estas lutas parecem ser “um pretexto da região para vincar os seus direitos, numa tentativa da aristocracia local para não perder privilégios”.⁷³

O que parece evidente ao longo da primeira metade do século IX é que o epicentro da contestação ao poder cordovês começa a deslocar-se de Beja para latitudes mais a norte, o que se torna particularmente visível na sequência de rebeliões que Mérida protagonizará nesta época.

Quando eclode a grande *fitna* na segunda metade do século IX, as populações rurais começam a fornecer um apoio activo aos chefes muladis do Garb. Esta posição de força explica-se, para os convertidos, “pela sua ascensão à dignidade de muçulmanos e a desilusão, de seguida, face ao desprezo dos árabes e a manutenção de um estatuto fiscal inferior”.⁷⁴ É nesse contexto que se insere o retorno à dissidência da população de Mérida, em 823, sob a liderança de Marwan b. Yunus Al-Jilliqli, pai de Abd al-Raham b. Marwan «O Galego», caudilho da rebelião do ocidente do al-Andalus na época do emir Muhammad.⁷⁵ O aliado de Ibn Marwan, Sadun b. Fath al-Surunbaqi, era, por sua vez, um poderoso chefe militar provavelmente originário da região entre Coimbra e Santarém que assaltou várias fortalezas situadas entre Coimbra e Beja, até que foi morto por Afonso, senhor da Galiza.⁷⁶

Em 875, Hashim avança para combater Ibn Marwan que, por agravos pessoais recebidos na Corte, se tinha sublevado na Estremadura e reunido apoiantes, entre os quais o próprio rei de Leão, acabando por ter sido feito prisioneiro e resgatado pelo emir Muhammad por uma soma considerável.⁷⁷ Daqui se depreende a falta de recursos do poder central para fazer vingar a sua posição na referida área.

Uma outra revolta tem lugar no Gharb, desta feita, originada por Tumlus, caudilho de origem desconhecida, presumivelmente moçárabe ou berbere: “o emir al-Hakam

⁶⁹ Picard, *Le Portugal musulman*, 31.

⁷⁰ Lafuente y Alcántara, *Ajbar Machmua*, 30.

⁷¹ Santiago Macias, “Islamização no Território de Beja – reflexões para um debate”, *Análise Social*, vol. XXXIX, 173, Janeiro a Março de 2005, 816.

⁷² *Ibid.*, 817.

⁷³ *Ibid.*, 816.

⁷⁴ Boisselier, *Naissance d'une Identité Portugaise*, 236.

⁷⁵ Ibn Hayyan, *Crónica de los Emires*, 55.

⁷⁶ Santiago Macias, *Mértola. O Último Porto do Mediterrâneo*, 49.

⁷⁷ Lafuente y Alcántara, *Ajbar Machmua*, 126.

enviou a seu filho Hisham em aceifa contra a região ocidental, após o rebelde conhecido por Tumulus, que se tinha apoderado de Lisboa e zonas limítrofes do extremo ocidental do al-Andalus até Coimbra (...) ao mesmo tempo que Tumulus esquivava-se na inexpugnabilidade das fortalezas”.⁷⁸ Segundo a mesma crónica, este faria propaganda pro-remenita, tendo-se dispersado, após a sua morte, a comunidade que liderava.⁷⁹

A mesma instabilidade que assola o Gharb regista-se em diferentes pontos do al-Andalus. Sobretudo Toledo, Mérida e a Fronteira Superior são palco de revoltas contra os omíadas, encabeçadas sobretudo por gentes de origem peninsular convertidas ao Islão. Estes líderes mantinham relações fluídas com monarcas cristãos (e com o próprio cristianismo, como no caso de Ibn Hafsun, o rebelde de Málaga), como o comprova a oferta de ajuda militar de Luís, o Piedoso às gentes de Mérida na sua luta contra Abd al-Rahman II ou a já citada ligação de Ibn Marwan ao rei de Leão.⁸⁰

A atitude dos moçárabes é menos fácil de apreender. Pragmaticamente, Boisselier observa que “não se deve exagerar a implicação «popular» nas lutas civis e políticas desta época: ela limita-se a uma simples adesão, quase automática, ao poder no momento no lugar, adesão motivada pela preocupação primordial de segurança – à qual os príncipes independentes tentam, aliás, responder”.⁸¹

Em 824, teve lugar, em Córdoba, a revolta do Arrabalde, protagonizada pela sua população: “ergueram-se contra eles na sequência de muitos rancores que lhe tinham ido guardando; tomaram as armas de improviso e dirigiram-se ao seu alcazár”.⁸² Seriam muladis, os líderes da sedição, segundo refere o excerto: “[os cordoveses] não deixavam de murmurar, os seus cabecilhas recorriam a colóquios nocturnos nas mesquitas para ocultar-se do sultão, contra quem conspiravam”.⁸³

Sensivelmente três décadas depois, no al-Andalus, regista-se uma insurreição levada a cabo por alguns *dhimmis* cordoveses – o episódio dos mártires de Córdoba – ocorrida entre os anos 850 e 859. Esta, porém, é negligenciada pelas fontes árabes, ao passo que as fontes cristãs contemporâneas são prolixas em detalhes.⁸⁴

A maioria dos cinquenta cristãos era acusada de fazer comentários públicos insultuosos acerca do Profeta ou de pregar abertamente a doutrina cristã. Este movimento não estava, contudo, confinado aos monges, freiras e clérigos, pois incluía um soldado do exército emiral, antigos funcionários públicos do governo islâmico e filhos de pais muçulmanos.⁸⁵

Lapiedra Gutiérrez chama a atenção para o facto de nos concílios e mosteiros se fomentar a obsessão pela salvação pessoal, gerando-se um ambiente de ansiedade espiritual, na qual o martírio era uma opção viável.⁸⁶ A isto devemos somar a consciência dos elementos cristãos mais conservadores da força cada vez maior que a cultura árabe exercia sobre a hispânica.⁸⁷

CONCLUSÃO

No que diz respeito às relações entre os principais grupos sociais do al-Andalus, verificamos que o conflito é uma constante entre os árabes. A pretexto da solidariedade tribal, pegam em armas para vingar a morte de familiares perpetrada por facções contrá-

⁷⁸ Ibn Hayyan, *Crónica de los Emires*, 48.

⁷⁹ *Ibid.*, 86.

⁸⁰ Eduardo Manzano Moreno, *Conquistadores, Emires y Califas. Los Omeyas y la Formación de Al-Andalus* (Barcelona: Crítica, 2006), 320-2.

⁸¹ Boisselier, *Naissance d'une Identité Portugaise*, 236.

⁸² Ibn Hayyan, *Crónica de los Emires*, 55.

⁸³ *Ibid.*, 60.

⁸⁴ *Ibid.*, 457.

⁸⁵ Jessica A. Coope, “Religious and Cultural Conversion to Islam in Ninth-Century Umayyad Cordoba”, *Journal of World History* 4, 1 (1993): 51.

⁸⁶ Eva Lapiedra Gutiérrez, “Los Mártires de Córdoba y la Política Anticristiana Contemporánea en Oriente”, *Al-Qantara. Revista de Estudios Árabes*, volume XV, Fasc. 2, Madrid, 1994, 462.

⁸⁷ *Ibid.*, 463.

rias. Uma observação mais atenta revela possíveis factores de ordem material, fiscal, política e de prestígio que lhes estão subjacentes.

As fontes revelam os berberes em conflito com os árabes em situações bem identificáveis, como a rebelião de 740, na qual os berberes reivindicam um estatuto idêntico ao dos árabes, no seguimento da revolta ocorrida pouco tempo antes no Magrebe. Também surgem associados a revoltas iemenitas contra o poder central ou por iniciativa própria, como as que partem de Mérida e que têm como causa desentendimentos com representantes da autoridade cordovesa.

Os autóctones mantêm-se, normalmente, afastados das querelas alheias, interferindo, porém, nas revoltas que partem de Beja ou Mérida, locais onde existe um núcleo de população com uma liderança forte que se organiza em torno de interesses locais e regionais. Isto será notório durante a fitna do século IX, na qual os líderes muladis poderão contar, maioritariamente, com o apoio da população das regiões de onde são originários.